



FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FUNDURB  
BALANÇETE ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Outubro/2017

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d= (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	15.000.000,00	15.000.000,00	9.971.668,17	(5.028.331,83)
RECEITA PATRIMONIAL	15.000.000,00	15.000.000,00	9.918.126,03	(5.081.873,97)
Recursos de Valores Mobiliários	15.000.000,00	15.000.000,00	9.918.126,03	(5.081.873,97)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	53.542,14	53.542,14
Recursos Correntes Diversas	-	-	53.542,14	53.542,14
RECEITAS DE CAPITAL (II)	249.973.455,00	249.973.455,00	166.286.124,47	(83.707.330,53)
Outras Receitas de Capital	249.973.455,00	249.973.455,00	166.286.124,47	(83.707.330,53)
Recursos de Capital Diversas	249.973.455,00	249.973.455,00	166.286.124,47	(83.707.330,53)
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>176.237.792,64</b>	<b>(88.735.662,36)</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>176.237.792,64</b>	<b>(88.735.662,36)</b>
DESEJO (VI)	-	-	-	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>176.237.792,64</b>	<b>(88.735.662,36)</b>
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (b)	DESPESAS EMPENHADAS (c)	DESPESAS LIQUIDADAS (d)	DESPESAS PAGAS (e)	SALDO DA DOTAÇÃO (f) = (a-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	264.973.455,00	264.973.455,00	80.217.605,67	46.742.876,33	46.571.521,45	184.755.849,33
INVESTIMENTOS	264.973.455,00	264.973.455,00	80.217.605,67	46.742.876,33	46.571.521,45	184.755.849,33
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>80.217.605,67</b>	<b>46.742.876,33</b>	<b>46.571.521,45</b>	<b>184.755.849,33</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>80.217.605,67</b>	<b>46.742.876,33</b>	<b>46.571.521,45</b>	<b>184.755.849,33</b>
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	96.020.186,97	-	-	96.020.186,97
<b>TOTAL (XIV) = (XIII + XIII)</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>264.973.455,00</b>	<b>176.237.792,64</b>	<b>46.742.876,33</b>	<b>46.571.521,45</b>	<b>96.020.186,97</b>

NOTA 1:  
1 Este demonstrativo foi elaborado de acordo com a Lei 4.320/64, Portaria SF nº 266/2016, NBC T 16 - Resolução CFC nº 1.133/2008, Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC 07 e com base na estrutura apresentada conforme DCASP e MCASP 7ª Edição, aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.  
2 Os documentos que serviram de base para sua elaboração, encontram-se em formato digital no Processo Administrativo-(SEI) nº. 6066.2017.0000020-5.

Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados

DESPESAS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	26.982,28	11.784.725,75	5.704.534,03	5.704.534,03	6.080.191,72	26.982,28
INVESTIMENTOS	26.982,28	11.784.725,75	5.704.534,03	5.704.534,03	6.080.191,72	26.982,28
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>26.982,28</b>	<b>11.784.725,75</b>	<b>5.704.534,03</b>	<b>5.704.534,03</b>	<b>6.080.191,72</b>	<b>26.982,28</b>

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

DESPESAS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	3.664.449,97	3.664.449,97	-	-
INVESTIMENTOS	-	3.664.449,97	3.664.449,97	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>3.664.449,97</b>	<b>3.664.449,97</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

NOTA 2:  
1) O saldo remanescente de Restos a Pagar não Processados, inscritos em exercícios anteriores, refere-se ao ano de 2014.

Vito Panicali Neto  
Contador  
CRC/SP: 132.989  
SMUL

Francinaldo da Silva Rodrigues  
Coord. de Adm. e Finanças  
CPF: 350.792.538-94  
SMUL

Talita Veiga Cavallari Fonseca  
Secretária Executiva  
CPF: 412.647.488-92  
SMUL

Heloisa M. Salles Penteado Proença  
Secretária Municipal  
CPF: 042.304.748-57  
SMUL

HABITAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMMH  
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 6º GESTÃO

Data da Reunião: 26 de setembro de 2017  
Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano 2017, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação – 6º Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os **Conselheiros (as)**: Gilmar Souza Santos (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Mariza Dutra Alves (Conselheira Mov. Pop./Mov. dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Verônica Kroll (Conselheira Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Teto de São Paulo); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Sociedade Civil/APEMEC); Ronaldo Cury de Capua (Conselheiro Sociedade Civil/SINDUSCON-SP) e Fabiana Alves Rodrigues (Conselheira Sociedade Civil/PUC-SP). **Conselheiros (as) ausentes:** Fernando Chucro (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Edinalva Silva Franco (Conselheira Mov. Pop./AMMDDS); Rosalvo Salgueiro (Conselheiro Movimentos Populares/Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Cons. Mov. Pop./Mov. Pelo Direito à Moradia – MDM); Thabata Kaoru Yamauchi (Conselheira Sociedade Civil/SCIESP) e Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Conselheira Sociedade Civil/ANASP). **Ausências justificadas:** Silvana de Jesus Alves (Conselheira Movimentos Populares/IPAC) e Luciana de Oliveira Royer (Conselheira Sociedade Civil/FAU-SP). **Presentes os senhores (as):** Ana Maria Maluf Moussalli (CMH-SEHAB); Juliana Jacometto Marchi (COHAB); Fernando Augusto Cera (Caixa); Myriam Tazima (COHAB) e Flávio Higuchi Hirao (USINA-CTAH). Outras onze pessoas assinaram a lista de presença. **Pauta da Reunião:** 1) Aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em 25/7/2017; 2) Aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em 29/8/2017; 3) Solicitação de Voto CECMH N°10/2017 - Solicitação de suspensão de prazo dos convênios nº26/2013 e 27/2013 assinados entre a CEF e a COHAB-SP, para o repasse de recursos do FMH nos empreendimentos Novo Horizonte e Conquista do Programa Crédito Solidário-CEF/COOPAMARE; 4) Outros assuntos: 4.1) Preparativos para a Eleição do CMH de 2018 e 4.2) Outros. O senhor Gilmar dá início à reunião e o item 1 da pauta que trata da aprovação da Ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em 25/7/2017 é aprovado, por unanimidade dos conselheiros presentes. Passa-se ao item 2 da pauta que trata da aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em 29/8/2017 e a mesma é submetida à aprovação dos Conselheiros que estiveram presentes naquela reunião (Marco Antonio Florenzano, Mariza Dutra Alves, e Verônica Kroll) que a aprovam. E passa-se ao item 3 da pauta- Solicitação de Voto CECMH N°10/2017. Sr. **Fernando Cera** - São dois empreendimentos contratados no âmbito do Programa Crédito Solidário, contratação que aconteceu em 04 de novembro de 2008. A contratação foi da Caixa com a Entidade COOPAMARE. A contratação dos dois empreendimentos, o Conquista, na Rua Vitória nº 100, e o Novo Horizon-

te, na Rua Brigadeiro Tobias nº 258. Projeto que já estava com um percentual de obra próximo de 80% e que teve uma suplementação de valores aprovados em 27 de outubro de 2011 e aportados em 04 de julho de 2013. O Novo Horizonte, no valor de R\$ 786.598,21; o Conquista de R\$ 545.470,79 (valores de 2013). Ocorre que essas duas obras estão paralisadas. Foram constatadas irregularidades estruturais. Houve também uma substituição da assessoria técnica desses empreendimentos. Foi identificada também uma dificuldade da continuidade do projeto. A entidade contratou uma assessoria técnica, que é a USINA, que temos aqui presente o Flávio. E a entidade está elaborando novas análises do ponto de vista de laudo estrutural, laudo técnico. Sr. **Flávio** - Na última reunião do Conselho, na Executiva, estava presente também. Havíamos acabado de ser contratados pela COOPAMARE para iniciar esse trabalho. E demos um planejamento de como seria esse trabalho. Basicamente, são três grandes grupos de trabalho, de fases. Uma primeira seria de sistematização e levantamento da documentação, projetos, ARTs, Anotações de Responsabilidade Técnica, etc. Isso já foi feito. Fizemos algumas reuniões com a Caixa Econômica, com a antiga assessoria, para fazer o levantamento de tudo isso. O segundo é o levantamento físico da obra, que é a fase em que estamos. E o terceiro, que só vamos começar quando finalizar o levantamento físico da obra, que é o orçamento e a viabilidade da retomada da obra com recurso que temos em caixa hoje. Basicamente, fomos contratados pela COOPAMARE para chegar a esse objetivo, que é a análise da viabilidade da retomada da obra e, se o resultado for a inviabilidade com esse recurso, então, qual seria a necessidade de suplementação e análise de possíveis recursos para além do Fundo Municipal. Mas não sabemos ainda. Imaginamos que no prazo de dois meses conseguimos ter um resultado dessa viabilidade, quando chegarmos ao orçamento. Estamos no meio do trabalho do levantamento físico da obra. Estamos fazendo As Built de arquitetura e contratamos duas empresas terceirizadas, a CZN Engenharia e Pisa Engenharia, cada uma trabalhando com elétrica, bombeiro, e a parte de hidráulica, para termos uma noção exata de qual é a situação da obra hoje e o que precisamos para finalizar. Em análise, visitando a obra, percebemos que a obra não apresenta fissuras, rachaduras, que sejam muito significativas. A obra está parada há cerca de quatro anos. Já houve um tempo de assentamento das próprias fundações. Mas, de qualquer forma, já estamos em contato com um consultor de engenharia para dar o laudo final sobre a questão estrutural. O trabalho está decorrendo mais ou menos dentro do planejamento, conforme colocamos na última reunião. Iniciamos o trabalho há alguns meses. E estamos no meio do trabalho para realizar esse diagnóstico e daí um prognóstico de como retomar essa obra. Sr. **Marco Antônio** - O que levou a verificar que havia problema estrutural na obra? Sr. **Flávio** - Durante o trabalho da outra assessoria, antes de entrarmos, se percebeu que faltavam grutes na alvenaria estrutural, em determinados pontos. Ai foi contratado um laudo estrutural. A empresa que realizou o laudo estrutural realizou furos em cada um dos pontos onde deveria haver o grute, e fez um levantamento geral do prédio de onde o grute foi concretado e onde não. Na verdade, há pontos em que o grute está feito da maneira correta, que foi concretado com armação. Há lugares que só estão com armação, sem concreto. E há lugares que estão sem concreto e sem armação. Então, essa empresa fez o levantamento geral disso. Estamos agora também analisando isso para tentar entender qual será a melhor forma de reforço estrutural. O que estava dizendo é que, quando ficamos sabendo da falta de grute na alvenaria estrutural, ficamos muito preocupados. E a primeira visita à obra foi justamente com base nessa preocupação. O que percebemos é que, pelo menos, na análise visual, nós, como arquitetos, (mas isso vai depender ainda da análise do engenheiro calculista, que vai nos acompanhar mais para frente), não percebemos grandes fissuras, rachaduras, que pareçam muito comprometedoras, mas

também não podemos dar certeza disso. Sr. **Marco Antônio** - Esse calculista é especializado em alvenaria estrutural? Sr. **Flávio** - Sim. O Yopanan Rebello. Estamos em contato com ele. Sr. **Marco Antônio** - Que atitude vai ser tomada pelos senhores com relação a quem construiu isso antes, ao engenheiro que assinou a ART, que deveria ter fiscalizado a obra, ou à empresa, e não o fez corretamente? Sr. **Flávio** - Quando fizemos essa primeira fase de levantamento de toda a documentação, tudo isso começou inclusive com essa preocupação. Por exemplo, se nós da USINA formos dar continuidade sendo assessoria na continuidade da obra, vamos ter que fazer um relatório, vamos deixar esse relatório muito bem registrado, sobre qual é o momento em que estamos pegando. O As Built que estamos fazendo tem inclusive esse objetivo. Na hora que a obra for retomada, estará sendo retomada a partir de determinado momento porque não podemos nos responsabilizar pelo que foi feito antes, sobretudo naquilo que não conseguimos ver, como fundações, etc. Agora, sobre os erros que foram cometidos, o grute, por exemplo, teríamos que terminar essa sistematização, porque houve algumas empresas que foram contratadas pela própria assessoria, inclusive. A Nena pode até contar melhor, para entender se é o caso de se tomar algumas atitudes sobre os possíveis erros que podem ter sido cometidos. É uma questão para nós também. Sr. **Marco Antônio** - Gostaria de saber se os senhores estão fazendo um levantamento nesse escopo de serviço, do que foi executado, se foi pago exatamente o que foi executado, se foi pago a menos, se foi pago a mais. Se isso vai constar do escopo do serviço. No que foi executado, devem haver as medições do que foi medido, etc. Se isso foi pago corretamente, apesar de haver alguns defeitos, ou se isso foi pago a menos ou a mais. Sr. **Flávio** - Por enquanto não é o foco do nosso trabalho. O que veio como demanda para nós é ver tudo que falta para conseguirmos terminar a obra e conseguir o Habite-se. Esse é um grande objetivo. E quanto precisa para chegar até o Habite-se. Ainda que tenhamos todas as documentações das reuniões que fizemos com a Caixa Econômica, com a antiga assessoria, temos todas as PLs, as Planilhas de Levantamento de Serviço. Mas a principal demanda que nos colocaram é: precisamos chegar até o Habite-se para as famílias poderem se mudar. Quanto precisamos para isso? Sr. **Flávio** - O problema é que estamos lidando com o dinheiro público. Não sei exatamente por quanto os senhores foram contratados e se poderia acrescentar isso e verificar. Porque as coisas que acontecem, temos que evitar que aconteçam no futuro. Se a coisa não ficar correta, se não se verificar quem foi o responsável, denunciar no CREA para que não aconteça novamente, se não verificar o que foi pago, se foi pago a mais ou não, vamos ter no futuro as mesmas coisas acontecendo. Então, essa é a preocupação que eu, como conselheiro, tenho. E gostaria de saber qual valor foi contratado. Já vou adiantar que meu voto é sim pela prorrogação. Evidentemente que queremos que a obra acabe. Acho que esse é o foco principal. Mas, de qualquer forma, acho que, quando vem alguma coisa para votarmos, tem que vir com valores, o quanto se gastou, o quanto não gastou. Porque o que me preocupa muito é muitas vezes dar um preço para uma obra que sabemos ser inexequível e depois a obra vai ficar paralisada. Como está essa desde 2008. Não adianta quereremos fazer obra barata. Temos que fazer obra justa, para que ela tenha um preço. Na última reunião, aprovamos um aditamento, mas que claramente se via que já era um preço inexequível. Então, a empresa pega, depois ela larga, evidentemente. Então, esse tipo de coisa, gostaria muito que fosse encaminhada dessa forma. Evidentemente, que é só prorrogação de prazo e vamos aprovar, independente de valores. Mas seria interessante, no futuro, quando houver esse tipo de coisa, sabermos o que está acontecendo. Sr. **Fernando Cera** - Só queria colocar que o que votamos na última reunião foi exatamente a prorrogação. Não tivemos nenhuma suplementação de valores. A suplementação de valores foi votada em 27 de outubro de 2011, que foi o Voto nº 46/2011. De lá para cá, desde que foram constatadas as irregularidades do ponto de vista estrutural, foram feitas essas análises técnicas, a substituição da assessoria técnica, a constituição de uma nova assessoria e agora vamos ter um levantamento tanto do ponto de vista técnico, estrutural, quanto do ponto de vista financeiro, para avaliar se os recursos que naquele momento foram aportados e que não foram desembolsados (eles estão aplicados) são suficientes para a continuidade da obra. E a suplementação aconteceu em itens não previstos. Então, ela não foi uma suplementação em itens já previstos no contrato original. E aí o que pedimos é exatamente isso, a suspensão do prazo para 14 de abril de 2018. Sr. **Verônica** - Conheço essa história da COOPAMARE da época que o Marsura estava chegando a ser diretor da Caixa, da 25 de Janeiro. E a Prefeitura era a Marta Suplicy. Isso vem se arrastando de prefeito para prefeito. Dai, hoje o Marsura não está mais na Caixa. Já está conosco na prefeitura. Já está o Fernando. E o povo, que é mais vulnerável, que mais precisa, já está há quantos anos aí esperando um cantinho para morar? Com certeza, é a mesma história nossa no São Francisco, que o Marsura e o Fernando sabem, que muitos dessa demanda até morreram. Acho que tem que ter esses gastos que foram já investidos, mas, no nosso caso, não é mais do que o valor que já estava na obra. E o caso da nossa companhia aqui é mais complicado ainda porque é o Crédito Solidário. Não sei como eles conseguiram chegar com essa obra até onde chegaram, porque o Crédito Solidário é o dinheiro menor que havia na época na Caixa Econômica, no Ministério das Cidades. É claro que hoje com o valor não faz mais. Não adianta. Por mais que gastou doze milhões, mas, se naquela época tivessem executado a obra, pode ser até que conseguisse fazer. Acho que esse pedido do Fernando da Caixa, temos que apoiá-lo, que é aquilo que discutimos na reunião passada com o secretário aqui, que todos os programas, sejam eles do FDS, do Crédito Solidário, do Minha Casa Minha Vida, do que for, vamos tentar desamarrar a nós para que isso termine. Se eu conseguir ser conselheira ainda, não espero ter que votar o ponto da COOPAMARE de novo. Sr. **Mariza** - Estamos aqui sempre pensando em votar nos empreendimentos que já eram para ter terminado. E o que nos dá mais angústia é que sabemos que, quanto mais demora a obra, mais fica cara. Então, quando vimos aqui os empreendimentos que temos que estar juntos e aportar e fazer com que o Fundo libere o dinheiro, em parceria com a Caixa, acho que não temos outra coisa a dizer; acho que temos que dar apoio para finalizar esses empreendimentos, até para regularizar a obra, até para vir novos recursos, até para se gerar novas construções das unidades habitacionais, porque temos uma lista de demanda constantemente. Temos várias famílias que estão na fila, tanto dos movimentos, não sei como está aqui a fila da COHAB, que precisam de moradia. Então, como vamos diminuir o déficit habitacional, se não conseguimos construir novas unidades? Como vamos regularizar o empreendimento se não conseguimos terminar? Como conselheira municipal de habitação, também digo sim para haver mais um prédio para a assessoria, junto com o movimento, para parceiros fazerem esse levantamento, para depois trazerem para nós aqui quanto de recurso de fato precisa para terminar a obra, para darmos um cheque-mate nessa história, para as famílias irem morar, porque obra parada gera gastos e ocupações desorganizadas. Então, como conselheiros, temos que ter essa responsabilidade em ajudar esses movimentos que estão aqui para finalizar essa história que tenho certeza que as famílias estão lá aguardando

ansiosamente para ir morar. Sr. **Gilmar** - Vou propor como encaminhamento para a próxima reunião colocarmos todos os passos que foram dados, todo o custo que essa obra já representou, ou pode representar, para que fique claro. Hoje o pedido está muito claro qual é. Acho que não vai haver nenhum tipo de problemática. Acho que o Conselho entende muito bem. Mas, para que venhamos a exaurir as dúvidas, é uma proposta de encaminhamento. Sr. **Juliana** - A atribuição da COHAB nesses convênios, analisamos a prestação de contas e repassamos para a Caixa os recursos que foram aprovados aqui, no FMH. É mais ou menos isso nossa atribuição. E sabemos que esses recursos estão lá, que será apresentado um novo orçamento. A nossa atribuição é unicamente essa. Não vamos dar palpites. Porque a Caixa que vai analisar detalhadamente o que os senhores vão apresentar. Sabemos que esse recurso está lá, já está depositado, deve estar rendendo alguma coisa. Mas é mais ou menos isso nosso papel da COHAB. Sr. **Fernando** - Concorde com o encaminhamento proposto pelo Sr. Gilmar. Só queria deixar claro que acho que a maior preocupação nossa foi de dizer aqui que o projeto não está parado. Temos feitos reuniões com a entidade, com a assessoria técnica. A engenharia disponibilizou todo o material para que essa nova assessoria técnica pudesse fazer o levantamento da melhor forma possível. E é isso que está acontecendo. Então, a preocupação maior foi de tentar trazer isso para o Conselho, para que tivesse esse sentimento de que, apesar de todo tempo que está levando para que esse projeto volte à retomada de obras, esse projeto não está parado; está caminhando, está sendo feito todo o levantamento, e tivemos um alinhamento entre a entidade e a assessoria de mitigar todo o risco possível do ponto de vista técnico - isso foi feito inclusive in loco na própria obra - e ao mesmo tempo para que pudéssemos buscar ao máximo ter a economia nos recursos para que tentássemos se possível até não ter aporte de recursos depois que tivesse sido feito esse levantamento. É óbvio que só vamos fazer isso dentro de uma margem de segurança. Por isso que o tempo todo não estamos falando, em momento algum, de aporte de recursos e sim da prorrogação, para que consigamos fazer uma análise o mais fidedigna possível e do ponto de vista financeiro o mais econômico possível, garantindo a habitabilidade do empreendimento, mas habitabilidade do ponto de vista de garantir que façamos essa entrega. É aprovado o Item 3, por unanimidade dos presentes na reunião tanto a solicitação de voto CECMH N°10/2017 para a prorrogação da suspensão do prazo por mais 180 dias contados a partir do término do prazo da última prorrogação, de forma a terminar em 15 de abril de 2018, como a minuta de Resolução sobre a matéria elaborada pela Secretaria Executiva do CMH, sendo esta a ser publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo com a numeração "Resolução CMH nº92", e passa-se ao Item 4 Preparativos para a Eleição do CMH de 2018 -Sr. **Ana Maluf** - Como sabem, o mandato dessa 6ª Gestão do Conselho Municipal de Habitação irá se expirar no dia 21 de julho de 2018. E, por força da Lei nº 13.425, que instituiu o Conselho e do Regimento Interno do Conselho, Resolução nº 01/2003, é necessária a formação de uma Comissão Eleitoral para organizar e realizar o processo eleitoral da próxima gestão do CMH. Essa Comissão Eleitoral é soberana. Ela será indicada pelos conselheiros, mas ela é soberana para realizar o processo de cadastramento e o processo eleitoral. Então, na próxima reunião do dia 26 de outubro de 2017, na reunião do Conselho Pleno, já temos que ter os nomes de quem os conselheiros vão indicar para serem os representantes na Comissão Eleitoral. A ideia é ter três representantes do Poder Público, três da Sociedade Civil e três dos Movimentos Populares para compor essa Comissão Eleitoral. Para tanto, vamos encaminhar, a partir de hoje, um e-mail para todos os conselheiros, informando isso e encaminhando um formulário. Aquelas entidades que desejarem indicar um representante para fazer parte dessa Comissão Eleitoral nos devolverão esse formulário preenchido, até o dia 20 de outubro, para podermos ter tempo de organizar tudo para a próxima reunião do Conselho Pleno. E, se houver um número suficiente, não haverá necessidade de haver alguma votação no plenário. Caso contrário, seria necessário que houvesse um acordo entre as pessoas. Os indicados para a Comissão Eleitoral não podem vir a ser candidatos nessa próxima eleição. Têm que tomar cuidado com quem os senhores vão querer indicar. Já aconteceu de sair uma Portaria com o nome de pessoas que foram indicadas pela entidade, mas que na realidade depois decidiram que essa pessoa seria um candidato da entidade, e aí teve que voltar tudo para trás. O formulário é a ficha de indicação de representante, que estará acompanhando esse e-mail que vamos mandar, com o nome da entidade, o nome do conselheiro ou do presidente da entidade, que é responsável pela indicação. Ele assina esse formulário e dá o nome, RG, telefone celular, telefone fixo e e-mail dessa pessoa que ele está indicando para compor a Comissão Eleitoral. Sr. **Gilmar** - É claro que essa Comissão vai ter toda a publicidade. Se houver um acordo entre todos, só vamos na verdade apresentar quem são. Agora, se for necessário, faremos aqui obviamente uma escolha na hora, se não houver uma unanimidade, digamos assim. Não precisa ser uma unanimidade, porque muitas vezes não vai caber unanimidade. Sr. **Fabiana** - Vai haver suplente? Sr. **Ana Maluf** - Fiz o levantamento das quatro, cinco últimas eleições que aconteceram, e na realidade o suplente nem aparece. Na hora que o titular não está podendo vir, ele imagina que o suplente está vindo e não está vindo. E, quando resolve vir, eventualmente, tumultua um pouco o processo dos trabalhos da comissão. Então, estamos nos baseando como foi feito em CPMU, que também não teve titular e suplente. Fez-se uma comissão mais enxuta e procurou-se, como o Gilmar está dizendo, colocar pessoas que tenham um conhecimento na Comissão, que viabilizem mais rapidamente os entendimentos dentro desse processo. Então, a do CPMU teve um grande resultado positivo por força disso. Sr. **Gilmar** - Ganhamos celeridade também. Sr. **Ana Maluf** - Sobre a escolha dos representantes nessa Comissão Eleitoral, por exemplo, nos movimentos populares, tivemos três ou quatro chapas que foram eleitas. É uma questão dessas chapas que foram eleitas se conversarem e verem quem são as três pessoas que querem indicar. Na Sociedade Civil, vemos que historicamente quem faz parte dessa Comissão Eleitoral geralmente são entidades que fazem parte da Comissão Executiva, ou seja, SINDUSCON, SECOVI, APEMEC, Centro Gaspar Garcia, Universidade. Geralmente, são essas entidades que se compõem e decidem quem vai fazer parte da eleição. E o Poder Público fica a critério do Secretário, do Presidente da COHAB, enfim, de eles fazerem a indicação. Mas é super importante que já tenhamos essa conversa prévia entre os senhores, esse acerto, para diminuir prazos. Porque estamos imaginando, se no dia 26 de outubro já saímos com a comissão formada, teremos aqui uma Portaria publicada no Diário Oficial, com os nomes dessa comissão, no dia 30 de outubro. Fiz um planejamento de datas de reunião para fecharmos, por exemplo, o edital. Posso adiantar para os senhores que já preparei uma minuta desse edital vendo as coisas que estavam ruins nos anteriores, melhorando, aperfeiçoando, que é sempre o melhor que temos a fazer. Ele está praticamente desenhado, esperando a contribuição dessa Comissão Eleitoral. E aí programamos as datas em que se realizariam essas reuniões da Comissão Eleitoral. No dia 7, 14 e 21 de novembro, e 5 e 8 de dezembro. Em 8 de dezembro, estaríamos com o edital fechado para ser publicado no dia 13 de dezembro. No dia 13 de dezembro publicaríamos esse edital, que vai informar todas as regras.

Não vão existir vários editais. Vai existir um edital único e quem se habilitar não vai poder depois complementar documentação como era feito anteriormente. Há um prazo grande para arrumar todos os documentos, que os senhores vão ver mais ali na frente quando vão poder começar a entregar. As datas previstas para a reunião da análise do que for feito, o cadastramento e homologação desses resultados que receberemos de cadastro de candidatos à eleição vão ser realizados no dia 23 e 27 de fevereiro, 1º de março e 5 de março. Ou seja, vamos ter um prazo bem grande para começarem a entregar os documentos e os documentos serão analisados ali, naquelas datas. E será publicado no Diário Oficial o resultado dos candidatos no dia 7 de março. A data prevista para a reunião da análise de eventuais recursos que forem feitos por quem não foi homologado com data prevista para 13 de março. E no dia 15 de março seria publicada a lista definitiva com as candidaturas. Porque estamos imaginando fazer essa próxima eleição no dia 15 de abril. Seria o dia da eleição, com data prevista para uma reunião da análise de eventuais recursos que surgirem desse processo eleitoral no dia 25 de abril e publicamos a homologação da eleição no dia 27 de abril, ou seja, terminaríamos no mês de abril já sabendo quem são os novos conselheiros. Isso tudo é previsto, porque isso tem que ser aprovado pela Comissão Eleitoral. Vamos trabalhar de novembro de 2017 até abril 2018. **Sr. Gilmar** - Por isso que a Comissão que os senhores pensarem em escolher tem que se enquadrar nas datas junto com todo esse cronograma. Vai ser um trabalho intenso e temos que ter a preocupação muito grande de saber quem serão os escolhidos. Então, na verdade, iremos pegar um trabalho praticamente pronto. A Comissão, realmente irá dar o aval, referendar, mudar é claro o que tem que ser mudado, obviamente. Mas vamos dar toda publicidade. Queremos realmente divulgar isso muito bem na Cidade de São Paulo, em vários meios de comunicação, e não só para respeitar uma questão procedimental, mas para que as pessoas participem mesmo. É importante as pessoas passarem a ver a Habitação com outros olhos. Enfim, é importante que os senhores movimentem mesmo. Queremos uma eleição saudável, uma eleição realmente justa e que as pessoas vejam isso com bons olhos e que façamos a melhor eleição até agora feita. Sabemos do desafio. A questão orçamentária, já temos a previsão orçamentária, porque sem orçamento não dá para fazer. Já estamos conversando com a PRODAM. Estamos fazendo todas as amarras para que haja tranquilidade e para que as datas sejam realmente respeitadas. **Sra. Ana Maluf** - Anteriormente fazíamos dois editais, um edital para a Sociedade Civil, um edital para Movimentos Populares. Nesse não. Nesse será um edital único. Se acontecer de alguém da Sociedade Civil vir em número superior às vagas existentes para o seu segmento, ele também irá concorrer no mesmo dia, nessa eleição, a exemplo do que foi feito agora em CMPU. Então, por exemplo, o que aconteceu em CMPU, supondo que o SINDUSCON está concorrendo junto, entre APEOP, entram várias outras com um número acima do que tem de vagas permitidas para as vagas desse segmento do Conselho, ele vai ter que concorrer, vai receber um número ali e cada uma das entidades similares receberá também, e vai estar concorrendo no mesmo processo eleitoral. Teremos uma eleição onde concorrem tanto Movimentos Populares, quanto Sociedade Civil, algo para amarrar de uma forma única e mais justa e equânime esse processo eleitoral. Ai colocamos quem são os conselheiros que já têm dois mandatos consecutivos, que fizeram parte da 5ª e 6ª Gestão em algum momento e que não vão poder participar da 7ª Gestão do Conselho. Mas podem participar da Comissão Eleitoral (nesse momento é colocada na tela da apresentação a relação de conselheiros com dois mandatos consecutivos e que não poderão participar da próxima gestão do CMH por força de lei). **Sr. Gilmar** - É claro que alguns ajustes podem ser feitos, mas isso, temos que discutir com a Comissão. A responsabilidade não é do Pleno ou desta Comissão Executiva, mas da Comissão Eleitoral, obviamente. Por isso queremos dar legitimidade à comissão, para que faça jus e faça uso realmente das atribuições legais que eles terão depois de publicada pelo Secretário Fernando Chucru essa Portaria. E a eleição está prevista para o dia 15 de abril. **Sra. Ana Maluf** - O mandato atual vai até 21 de julho, porque é o dia em que os senhores tomaram posse em 2016. Por isso que termina dois anos depois. Não é a data da publicação do decreto. É a data do termo de posse. A próxima reunião do Conselho Pleno é no dia 26 de outubro, em que vamos eleger a comissão. **Sra. Mariza** - Quem vai ser futuramente representante não pode fazer parte da Comissão Eleitoral? **Sra. Ana Maluf** - Não pode fazer parte. Mas os senhores podem indicar qualquer pessoa da entidade. Não precisa ser conselheiro. **Sra. Mariza** - Um exemplo: no Movimento Popular há representantes que fazem parte dos outros conselhos; que é conselheiro, vamos supor, CMPU. **Sra. Ana Maluf** - Não há problema. Eles podem fazer parte da Comissão Eleitoral. Não interessa o que ele seja. Se ele não vai querer se candidatar para este Conselho na próxima gestão não há problema. **Sr. Gilmar** - Item 4.2. A próxima reunião do Conselho Pleno será realizada em 26 de outubro de 2017. Então, as matérias para a reunião devem ser entregues na Secretaria Executiva até 10 de outubro, nosso prazo. E a próxima reunião da Comissão Executiva será realizada em 28 de novembro, e as matérias devem ser entregues até 10 de novembro de 2017. **Sra. Verônica** - Sobre o Bresser, já encaminhamos um documento ao Jurídico da COHAB, para sair do Programa Minha Casa Minha Vida 1 porque não há mais dinheiro; acabou o programa, acabou tudo, para passar para o 1.5. Já tivemos um parecer. Ai o Jurídico da COHAB fica dificultando. Daqui a pouco vence nosso prazo e perdemos nosso terreno. E o gasto que já tivemos com segurança, com tudo. Outro assunto é referente ao GT das pessoas em situação de rua. Queremos que este Conselho nos ouça e volte a trazer o GT porque tivemos uma reunião na Faculdade São Francisco de Assis, aqui, embaixo, e fui convidada para participar, enquanto conselheira, para conversar sobre a questão da retomada da situação de algumas pessoas em situação de rua. E para minha surpresa encontrei pessoas que participaram das ocupações que organizei, em 94, 95, 98, 99, que moraram nas ocupações comigo, na época, na organização, e que hoje estão na rua. Famílias inteiras! Sai de lá, não sei nem se foi arrasada, se foi destruída, e encontramos aquelas mulheres que disseram: "Verônica, vamos ver se o governo agora de fato encontra um canto para morarmos, pelo menos, um cômodo". **Sr. Gilmar** - Sobre o GT, sei que na outra reunião foi até alinhado com o Secretário Fernando Chucru a respeito do GT das pessoas em situação de rua. Acho que essa discussão, na minha opinião, não estou fazendo juízo de valor, mas acho que temos que afinar muito bem isso com SMADS. É claro que não estou entrando na questão política do caso, mas hoje a política habitacional para as pessoas em situação de rua está muito linkada com SMADS. Na minha opinião não é delegar a responsabilidade para o Filipe (Secretário Filipe Sabará). Não é nada disso. Mas, está havendo uma política, que os senhores veem, do governo atual, muito direcionada e muito trabalhada para as pessoas em situação de rua, com os CTAs que estão sendo entregues, com o Programa Novo Emprego. Estive em uma das reuniões com o Prefeito João Doria e realmente o SINDUSCON tem feito um trabalho maravilhoso, vários sindicatos, a iniciativa privada tem colaborado demais. Acho que é uma discussão importante de fazer com SMADS. E os senhores têm visto tantas pessoas que estão sendo cadastradas, estão entrando nos CTAs, todos os dias, em novas empresas; tem direcionado, tem dado

emprego para as pessoas em situação de rua. Se criar só um grupo aqui, linkado com SEHAB, acho que dividimos força. Acho que temos que fortalecer isso junto com SEHAB, com este Conselho Municipal de Habitação, junto com SMADS, para os senhores, para quem milita na causa realmente, para estar sob a visão dos senhores também. E propor outras políticas ali dentro de SMADS. Não estou fazendo transferência alguma. Só estou dizendo isso pela questão atual do governo atual, em termos de direcionamento para a população em situação de rua. Mas, se for o entendimento de gabinete do Conselho, fazemos isso, sem problema algum, esse GT, e voltamos a tratar disso. Mas acho que, com SMADS, a força seria melhor e maior para esse atendimento. **Sra. Verônica** - Não estamos dizendo que somos contra ao que o prefeito está fazendo ou deixando de fazer. A nossa preocupação é: como que SMADS vai discutir a situação de moradia? Entendemos que SMADS tem que fazer o que está fazendo, buscar parceria empresarial, para poder dar emprego, fazer tudo isso que está sendo feito. Mas, e depois? Vão continuar morando nos albergues? Sabemos que há um número muito grande de pessoas que trabalham. E tenho situações de pessoas dessas que estão dentro do Projeto Jabuticabeira, que será entregue este ano, que estavam na Cracolândia. Graças à igreja que encontraram lá, que se recuperaram, hoje estão na associação, e vão para um projeto recuperados. Mas sabemos que há várias pessoas que nem são drogadas, não são nada, e que estão nos albergues. Então, nós, enquanto conselheiros, junto com o pessoal do Centro Gaspar Garcia, que tenho conversado bastante com o Luís, a preocupação é: a situação de moradia, como SMADS vai dar conta de resolver tudo isso? Então, por isso nossa discussão; esse GT que vinhamos discutindo era mais o lado da moradia. Isso que ela vem fazendo, parabéns para o prefeito, para o secretário. Se o povo de rua estiver gostando, ótimo ainda mais! Mas nossa preocupação ainda é: como resolver o problema da moradia definitiva para essa pessoa? O grupo que vinhamos discutindo era exatamente de moradia. E não queremos intervir no que SMADS está fazendo, no que o prefeito está fazendo. O Prefeito Haddad deixou desapropriados os terrenos, e hoje sabemos que a prefeitura não tem condições de reformar esses prédios. Daí estou vendo aqui o Ronaldo Cury, ele perguntou: "Mas qual é a nossa função neste Conselho?". Talvez nesse GT fosse chegar e dizer: "Olha, Ronaldo, a prefeitura tem quatro prédios desapropriados, cinco para Locação Social, e sabemos que são para as pessoas em situação de rua, sabemos que são para idosos, para pessoas deficientes, o que a Construtora Cury pode nos ajudar na reforma desses prédios?". Mas é claro que em troca tem que existir alguma coisa. Então, acho que tínhamos que criar na questão da locação uma contramão. Por exemplo, eu quero o Bresser, mas sabe o que vai acontecer? Vou ter que sentar com o Fernando e com o secretário e dizer: "Secretário, tenho na minha associação hoje, que participam comigo, idosos e pessoas deficientes, mais ou menos há quinze anos, e o que faço com elas?". Esse projeto era direcionado a elas. Hoje não é mais. Então, vou ter que encontrar um caminho junto com a Caixa e com a SEHAB para fazer pelo menos quatro andares daquele prédio de Locação Social. E ai quem constrói? Será que a construtora que eu tenho tem condições de construir cozinha? Então, são essas discussões que temos que buscar, alimentar nesse GT, com o Ronaldo, com o Marco, que é engenheiro, com outras pessoas que são construtoras. Construíram-se vários prédios no centro. A prefeitura perdeu uma oportunidade de reformar todos esses prédios no centro. É essa minha preocupação. **Sr. Gilmar** - Entendi sua preocupação. Está além do que está sendo feito, é uma discussão antiga. E os senhores querem propor quais serão as novas diretrizes, enfim. Os senhores querem fazer parte disso aqui, empoderar o GT. **Sra. Verônica** - Se o Ronaldo reformar dois prédios da Locação Social, ao invés do dinheiro que ele paga do imposto ir para o caixa do Tesouro Nacional e depois não vir para a habitação, quanto podemos descontar do imposto dele? Porque em troca ele está fornecendo um trabalho para o Município de São Paulo. Acho que temos que criar isso dentro desse governo. Muita gente pode sair da Locação Social, que a prefeitura hoje paga uma fortuna de aluguel. Acho que perdemos as melhores oportunidades. Houve várias obras aqui, no centro, na Mooca, em outros lugares. Acho que se nós, do GT, conseguirmos chamar o Ronaldo, chamar o Marco, o Fernando, o pessoal da COHAB, e formar um GT de trabalho, podemos ajudar a prefeitura a criar de verdade a Locação Social. **Sr. Ronaldo** - Já há um grupo de trabalho no Ministério das Cidades. A senhora deve estar sabendo. Foi formado para discutir Locação Social. Saiu uma instrução normativa ou portaria do Ministério das Cidades, recriando esse grupo. A nossa prefeitura, nossos colegas aí têm participado dessa discussão ativamente. O SINDUSCON está um pouco ao lado; o SECOVI está bem à frente disso, tem participado. E estão desenhando lá. O desafio não é pequeno. A ideia da Verônica já está contemplada lá, pelo que pesquisei, de quem ajudar ganhar algum benefício fiscal, alguma coisa, que motive o empresário. Já está acontecendo essa discussão. **Sr. Gilmar** - É uma união de esforços. Acho que estamos indo para a mesma direção. O que temos que fazer é adicionar algo. São ingredientes agora. Não é criar. Porque senão ficamos com tantos GTs e vamos nos perdendo no meio da caminhada. De repente, adicionamos, aumentamos o grupo. **Sra. Juliana** - Referente ao Programa Locação Social, já foi criado o GT entre COHAB e SEHAB, para melhorar esse programa. Inclusive, no ano passado, foi criada para a Locação Social uma gerência na COHAB. Então, junto com SEHAB e COHAB. Podemos propor para convidar também os membros do Conselho Municipal de Habitação para participar, porque dão uma contribuição. Porque hoje estamos trabalhando com dois programas de Locação Social, o anterior, que inclusive o prédio do 7 de Abril, 351, conseguimos recursos da Operação Urbana Centro, para reformar. Ele vai entrar no Programa do Locação Social, o puro sangue, que falamos, que já tem vários empreendimentos. E nesse programa Locação Social, com recurso FNHIS, que o Ministério das Cidades está fazendo o programa piloto aqui, em São Paulo, os prédios que já desapropriamos são oito edifícios e já estão cadastrados para atender a população de rua, que está com trabalho. Então, estamos também trabalhando com COHAB, SEHAB, SMADS, na formulação desse programa de Locação Social. **Sr. Ronaldo** - Eu sei disso porque pesquisei. A Verônica, talvez, e os outros colegas não estejam sabendo de todas as ações que a Secretaria vem fazendo. Seria legal, eventualmente, atualizar todo mundo do que está sendo feito. Eu sei, por exemplo, que está sendo desenhado um programa de PPP, de habitação, por essa Secretaria. Eu sei que existe esse programa de Locação Social, que está sendo desenhado. Existe o municipal e o nacional, que estão sendo desenhados. Existe regularização fundiária, um grande trabalho. Saiu a lei da regularização fundiária; há um grande trabalho de regularização fundiária. Tem como objetivo retomar as obras que estão paradas aí, e, por fim, existe complemento de Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida. Quando tiver o recurso federal, ter o recurso do governo municipal. São essas as principais ações da Secretaria hoje, eu diria. Não sei se faltou alguma outra para colocar. Mas acho importante trazer, só para atualizar. **Sr. Gilmar** - Já está como pauta da nossa reunião do Conselho Pleno o Programa de Locação Social, até porque vamos apresentar, conversar, no dia 26 de outubro. E a PPP também. Já tivemos a apresentação da PPP no Ministério Público. Estamos alinhando agora, na Câmara Municipal, vou conversar amanhã com o Presidente da Política Urbana, para fazer uma

apresentação só para a Comissão de Política Urbana na Câmara Municipal. Depois abrir as audiências públicas. Inclusive, vamos precisar do esforço do Conselho porque os senhores sabem que em audiências públicas realmente existe o calor da emoção. Então, tanto SINDUSCON, SECOVI, enfim, estão conosco, querem uma cidade melhor. E, para o Conselho, vamos falar com antecedência sobre a audiência pública na Câmara Municipal. Falei com o Presidente Milton Leite, para fazermos no plenário. Não no 8º andar. Porque a nossa expectativa é lotar o espaço, realmente. Porque é uma belíssima PPP que vai ser apresentada. Então, precisamos dos movimentos, não estou dizendo do nosso lado. Aqui ninguém quer ludibriar ninguém. Mas para discutir com os senhores. Para verem nosso respeito com este Conselho, vamos apresentar antes de apresentar na câmara, para os senhores. Apresentamos no Ministério Público, vamos apresentar para os senhores. E depois vamos apresentar na Câmara, para a Comissão de Política Urbana. E, depois, na audiência pública, que será aberta para os municípios em geral. **Sr. Ronaldo** - Falta uma novidade aí, que é a parte de legalização, que está vindo para habitação agora tudo que é legalização de HIS, HMP, do Programa Minha Casa Minha Vida, na Cidade de São Paulo. Está vindo para a habitação. Levantamos lá, SINDUSCON, SECOVI, APEOP, ABRAINC, algumas entidades, e há mais de sessenta mil unidades em aprovação na cidade. E mais as unidades da COHAB e mais as unidades dos movimentos. Então, calculamos aí mais de 100 mil unidades em aprovação hoje. **Sr. Gilmar** - Que isso vai ser por força de decreto. **Sr. Ronaldo** - O que pedimos para o Prefeito e para o Secretário de Governo, na verdade, para a Secretária Heloisa, e talvez não tenha sido tão bem interpretado, mas, enfim, é que voltasse aquela mesa que havia dentro do gabinete da secretaria de governo. Aquela mesa ajudou bastante. **Sr. Gilmar** - E foi algo que foi tratado na reunião com o Prefeito, que os senhores levaram. **Sr. Ronaldo** - Na gestão do Haddad, havia, dentro da secretaria de governo, quatro colaboradores que pagavam todos os projetos de empresas pequenas, médias e grandes e punham prazo para as coisas acontecerem. Infelizmente, ele não escreveu isso. E se perdeu isso. E o que pedimos é para resgatar isso daí. Infelizmente, o Secretário de Governo não conseguiu pagar isso aí. Só que ele passou essa atribuição ao Fernando e à Secretaria de Habitação. Vamos dar toda a força do mundo; no que pudermos fazer, contem conosco. E acho que nós somos os maiores interessados nisso. Temos que ajudar a aprovar os projetos, todos, de reforma, de tudo. O problema, sempre disse, não é aqui dentro. Não é no Martinelli. O problema é quando envolve outras Secretarias. **Sr. Gilmar** - Aqui, no Martinelli, a coisa caminha. Mas, muitas vezes, quando dependemos de um outro órgão, para. Por exemplo, estou com algumas questões no Verde, que não consigo transitar. Eu corro em todo lado mas, quando chega ali, para. Então, quando o Ronaldo fala dessas licenças, realmente, vamos conseguir dar celeridade para aquilo que devemos fazer. Essa reunião do dia 26 vai ser muito importante para o Conselho e a audiência pública na Câmara. Vamos passar com muita antecedência para os senhores, porque queremos uma audiência pública diferente do que houve hoje em todos os pacotes que se chamam de privatizações do governo. É algo maravilhoso. Os senhores vão gostar demais do que será apresentado. **Sra. Verônica** - Sou uma pessoa que já fiz todos os programas de governo, federal, estadual, municipal, tudo que se possa imaginar. Briguei muito. Mas eu digo que, às vezes, o governo tem um muro que nos separa dos movimentos. E ele esquece que nós, os movimentos populares, somos a melhor rádio peão. O que temos hoje? Muito mal um sitezinho lá que não consegue nem pagar. Mas, se falarmos alguma coisa da reunião, sábado de tarde, quando é domingo de manhã, o movimento inteiro já sabe. Então, quando os senhores estão discutindo essas PPPs, diferente do governo do Estado, que discutiu no gabinete, têm que discutir aqui. Têm que discutir com os movimentos. Se os senhores tiverem que ir a uma reunião nossa de movimento para explicar isso, porque o MOHAB vai fazer um seminário. Quem está tratando disso é a Nilda, o Tonhão. Acho que isso é um ponto que temos que colocar para discutir nesse seminário. Porque daí o que vamos fazer? Os senhores chamam uma audiência pública e vamos lá contra os senhores, porque não entendemos o que estão falando! Agora, se os senhores nos explicarem, caminhamos não abraçados, mas, pelo menos, de mãos dadas. **Sr. Gilmar** - Não é rádio peão não. É o poder de comunicação de liderança que os senhores têm. Por isso que a preocupação do Fernando, a nossa preocupação, é justamente trazer para cá, para este auditório, para este fórum, para este Conselho, explicar, exaurir, tirar todas as dúvidas, para irmos para a audiência pública, justamente, muito tranquilos, para os senhores irem apoiar e não como algumas outras pessoas fazem com audiência pública, que vão para apanhar mesmo. Seria um desrespeito deste Conselho, desta Mesa, tratar de um assunto que diz respeito à habitação, à política habitacional na Câmara Municipal, sem falar com o legitimado, que é o Conselho Municipal de Habitação. Isso não tem cabimento. Então, nossa preocupação é trazer aqui. Gostaria que os senhores vissem isso com muito bons olhos. Se precisar ir a algum lugar, aos movimentos, aonde os senhores quiserem, nós vamos. Não há problema. Pegamos os técnicos e apresentamos para os senhores. Estamos finalizando a questão de apresentação mesmo, para ficar um pouco mais fácil o entendimento. Até essa preocupação estamos tendo. Justamente para explicarmos detalhadamente, sem aquele monte de imagens que fica muito rebuscada a linguagem. Então, é muito tranquilo. Queremos fazer isso de forma muito tranquila para que na Câmara passe. Na Câmara dos vereadores também não vai haver problema algum. Podem ter certeza de que até os vereadores da oposição não vão ser contra a maneira da PPP que vamos apresentar, pelo tecnicismo e pela qualidade que vai ter a PPP que vamos apresentar na Cidade de São Paulo. Vamos precisar do apoio dos senhores. (Encerra-se a reunião).

## HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

### GABINETE DO SUPERINTENDENTE

#### CONTABILIDADE

##### RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73 5º Andar de 2º a 6º feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E
CBF COM. DE CONF. BANDEIRAS LTDA ME	6210.2017/0002065-8	PREGÃO 356/2017 2814
CRISTALIA P. Q. FARMACEUTICOS LTDA	6210.2017/0001811-4	ATA RP 161/2017 SMS.G 2815
HEALTH QUALITY IND. E COM. LTDA ME	6210.2017/0000148-3	PREGÃO 257/2017 2816
MEDCLASS HOSPITALAR LTDA ME	6210.2016/0001978-0	PREGÃO 086/2017 2817

## RETIFICAÇÃO DE NOTA DE EMPENHO PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL - CIDADE DE SÃO PAULO DO DIA 28/11/2017, PAGINA 113.

### VALOR DO DESPACHO

I - Fica retificado o despacho publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 28/11/2017, página 113.

Onde se lê: MEGA DENTAL IMP EXP 6210.2017/0003580-8 – ATA RP 278/17 2782 COM PROD ODONT  
Leia-se: MEGA DENTAL IMP EXP COM 6210.2017/0003586-8 – ATA RP 278/17 2782 PROD ODONT

### RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73 5º Andar de 2º a 6º feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E
DISPOMED PRODUTOS MEDICOS LTDA	6210.2017/0000168-8	PREGÃO 243/17 2813
MP DISTR DE MAT LTDA	6210.2017/0003354-7	PREGÃO 365/17 2805
APOLL COM DE MOV E MAT PI CONSTR	6210.2017/0003354-7	PREGÃO 365/17 2812
CENTURY COML EIRELI	6210.2017/0003354-7	PREGÃO 365/17 2806

### RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

#### SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 6º andar, de 2º a 6º feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionada, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
COML DE ALIMENTOS RENATO RINALDI	6210.2017/0002345-2	PREGÃO 354/17 2809
VILA GUGU CARNES EIRELI	6210.2017/0002345-2	PREGÃO 354/17 2808
SUPERFOOD ALIMENTOS LTDA	6210.2017/0002345-2	PREGÃO 354/17 2807

### RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

#### SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 6º andar, de 2º a 6º feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionada, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
NOVA BIOMEDICAL DIAGNOST MED BIOTEC	6210.2016/0001510-5	PREGÃO 310/16 2818

## SAÚDE

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS, SMS-3

##### DEFESA ADMINISTRATIVA

Ficam CONVOCADAS as empresas abaixo relacionadas, a apresentar Defesa Prévia por descumprimento de cláusula contratual, preferencialmente através do email dsuprims3@prefeitura.sp.gov.br ou presencialmente à Rua General Jardim, 36 – 3º andar – Vila Buarque, das 8 às 16 hs. no prazo de 05 dias úteis, a partir desta publicação.

PROCESSO	NE	RAZAO SOCIAL
Em razão do atraso na entrega de 10 dias na DANFE 218		
6018.2017/0011811-5	097.533/17	AIRMED EIRELLI - EPP
Em razão do atraso na entrega de 92 dias na DANFE 72.077		
6018.2017/0018287-5	073.232/17	BH FARMA COMERCIO LTDA.
Em razão do atraso na entrega de 14 dias na DANFE 13.548 e 1 dia na DANFE 13.515		
6018.2017/0011606-6	095.170/17	L. M. LADEIRA & CIA LTDA.
Em razão do atraso na entrega de 3 dias na DANFE 92.331 e 7 dias nas 92.522 e 92.549		
6018.2017/001137-4	094.261/17	SOMA / SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

## HOSP. MUN. E MAT. ESCOLA DR. MÁRIO DE MORAES ALTENFELDER DA SILVA

### NOTIFICAÇÃO

#### PROCESSO DE PAGAMENTO SEI N.º. 6018.2017/0018226-3

Tendo em vista o atraso de 01 (um) dia na entrega do objeto pactuado por meio da Nota de Empenho nº 107.081/2017, entregue através da Nota Fiscal Eletrônica nº 60.571, e o presente para NOTIFICAR a empresa LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES S.A., inscrita no CNPJ sob o nº. 02.357.251/0001-53, que encontra-se sujeita a ser penalizada, de acordo com o previsto no item "Penalidades" do Anexo da Nota de Empenho supramencionada. Caso queira, informamos que está aberto o prazo de cinco dias úteis para oferecimento de Defesa Prévia (inciso II do artigo 54 do Decreto Municipal nº 44.279/2003), a qual deverá ser protocolizada na Assistência Técnica Jurídica do Hospital Municipal Maternidade Escola Dr. Mário de Moraes Altenfelder Silva, localizada na Avenida Deputado Emílio Carlos, 3.100 – Vila Nova Cachoeirinha – São Paulo – SP, no horário das 08 às 16 horas.

#### DESPACHO DA DIRETORA DE DEPARTAMENTO TÉCNICO

##### PROCESSO DE PAGAMENTO SEI N.º. 6018.2017/0016835-0

##### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º. 046/2017-SMS.G

##### PENALIDADE

##### APENAÇÃO N.º. 84.021.0417/2017

I) À vista do noticiado no presente, em especial a manifestação da Assistente Técnica II desta unidade (documento SEI nº. 5610556), que acolho como razão de decidir, e nos termos do inciso VIII do artigo 7º do Decreto Municipal nº. 56.144/2015, da alínea "h" do item I da Portaria nº. 459/2017-SMS.G e do artigo 13 do Decreto Municipal nº. 57.578/2017, APLICO à empresa PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 73.856.593/0001-66, a penalidade de multa de 09% (nove por cento) sobre o valor da Nota Fiscal Eletrônica nº. 541.240, em razão do atraso ocorrido na entrega do objeto pactuado por meio da Nota de Empenho nº. 95.280/2017 e Ordem de Fornecimento nº. 412/2017, conforme previsto no subitem 8.1.3 da Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preço nº. 046/2017-SMS.G, com fundamento no artigo 86 da Lei Federal nº. 8.666/93.

II) Fica também a CONTRATADA NOTIFICADA do prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de eventual recurso, a contar da publicação do presente despacho, conforme previsto na alínea "f" do inciso I do artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/1993, mediante o recolhimento do preço público devido.